

## Senado começa a discutir amanhã a criação do Ministério da Defesa

Projeto de lei complementar do Executivo já passou pela Câmara dos Deputados, pela CCJ e CRE e transforma atuais ministérios do Exército, Aeronáutica e Marinha em comandos. Objetivo é modernizar e racionalizar as Forças Armadas

### CPI DO JUDICIÁRIO



CPI investiga denúncias nos tribunais regionais do Trabalho de São Paulo, do Rio e da Paraíba

### Juizes falam sobre desaparecimento de processos

Três juizes do Tribunal Regional do Trabalho do Rio de Janeiro depõem hoje, às 14h30, na CPI do Judiciário, para relatar casos como sumiço de processos, favorecimentos a empreiteiras, irregularidades em licitações, acumulação de cargos e pagamentos indevidos a funcionários, fatos detectados pela comissão de sindicância da qual os três juizes faziam parte.

PÁGINA 2

### CPI DOS BANCOS

### Regras do BC são primeira vitória

O senador José Roberto Arruda disse que as medidas anunciadas pelo Banco Central, tornando mais rígido o controle das atividades do mercado financeiro, já são resultado direto do trabalho de investigação da CPI dos Bancos, da qual é vice-presidente. Para ele, somente isso já justificaria a abertura da comissão. Na quarta-feira, o relator João Alberto apresenta relatório preliminar sobre a venda de dólares a preços abaixo do mercado pelo BC em janeiro.

PÁGINA 6

O projeto de lei complementar que reestrutura as Forças Armadas brasileiras, criando o Ministério da Defesa e transformando os atuais ministérios do Exército, Marinha e Aeronáutica em comandos, começa a ser discutido em plenário pelos senadores na sessão deliberativa de amanhã. A proposta do Executivo já foi aprovada pela Câmara dos Deputados e também recebeu aval das comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado. O objetivo do governo é melhorar a capacidade de defesa do país, modernizar e racionalizar as Forças Armadas, inclusive os gastos. Constan ainda da pauta desta semana a discussão de emenda que trata da destinação de recursos para implementação do Sistema Único de Saúde, o SUS.

PÁGINA 3



### Precatórios podem ter novas regras

PÁGINA 3

### CE analisa programa infantil em rádio e TV

PÁGINA 2

### CAE elege novo presidente hoje

PÁGINA 3

# CPI apura sumiço de processos no TRT-RJ

Comissão ouve juizes que detectaram quebra do princípio da moralidade

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que está investigando denúncias de irregularidades no Poder Judiciário reúne-se hoje, a partir das 14h30, para ouvir os depoimentos dos juizes do Tribunal Regional do Trabalho do Rio de Janeiro (TRT-RJ) Ivan Dias Rodrigues Alves, Dóris Luiza de Castro Neves e Amélia Valadão Lopes. Eles integram uma comissão de sindicância para apurar o desaparecimento de 28 processos administrativos da Secretaria de Administração Financeira e Orçamentária.

De acordo com os advogados Mário Sérgio Pinheiro e Wadih Damous, que já depuseram na CPI, a comissão de juizes concluiu que houve falta de lealdade com a instituição, incompetência, desrespeito à hierarquia e aos princípios de moralidade administrativa. Além de investigar o sumiço dos processos, os juizes apuraram suspeitas de favorecimento a empreiteiras, irregularidades nas licitações havidas, acumulação de cargos e pagamento irregular de diárias

a funcionários que não se deslocavam da sede.

Instalada no dia 8 de abril, a CPI do Judiciário, proposta pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, já colheu o depoimento de 20 pessoas. Presidida pelo senador Ramez Tebet (PMDB-MS), a comissão tem o senador Carlos Wilson (PSDB-PE) como vice-presidente e o senador Paulo Souto (PFL-BA), como relator.

Entre as principais denúncias investigadas pela CPI, estão: irregularidades e superfaturamento na licitação e construção da sede das juntas de conciliação e julgamento do TRT-SP; prática de nepotismo e atos irregulares na aquisição de imóveis, apropriação indébita de recursos públicos e compras sem licitação feitas no TRT-PB; esquema para a venda de alvarás de soltura no Amazonas; adoções irregulares em Jundiá (SP); nepotismo no TRT-RJ; e o caso de um menor de Brasília cuja herança teria sido dilapidada.

## Programação educativa na TV e no rádio está na pauta da CE

A instituição do Dia Nacional de Luta pela Reforma Agrária é um dos projetos que os senadores irão analisar na reunião da Comissão de Educação, marcada para amanhã, às 11h. A proposta, que terá votação terminativa, é de autoria da senadora Marina Silva (PT-AC) e recebeu parecer favorável do relator da matéria, senador Sebastião Rocha (PDT-AP).

Está também na pauta, em caráter terminativo, proposta do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que fixa normas para a veiculação da



programação educativa para crianças pelo rádio e televisão e estabelece sanções pelo seu descumprimento. O senador Artur da Távola (PSDB-RJ), relator da matéria, deu parecer favorável. Entre outros itens, os membros da comissão examinarão ainda projeto de lei do senador Romero Jucá (PSDB-RR) que trata do processo de escolha dos dirigentes universitários. A reunião ocorrerá na sala 15 da Ala Senador Alexandre Costa.



Presidida pelo senador Ramez Tebet, a CPI que apura irregularidades no Poder Judiciário já tomou até o momento 20 depoimentos



## AGENDA

SEGUNDA-FEIRA, 31 DE MAIO DE 1999

<b>PLENÁRIO</b>
14h30 - Sessão não deliberativa
<b>COMISSÕES</b>
14h30 - CPI do Judiciário Oitivos: Ivan Dias Rodrigues Alves (TRT/RJ); Dóris Luiza de Castro Neves (TRT/RJ); e Amélia Valadão Lopes (TRT/RJ). <i>Ala Senador Nilo Coelho - Sala 2</i>
<b>PREVISÃO DA SEMANA</b>
<b>PLENÁRIO</b>
Terça-feira (1º.6.99)
14h30 - Sessão deliberativa ordinária Pauta: *PLC nº 25/99, que dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas; *Requerimento nº 245/99, do senador Paulo Hartung, solicitando a tramitação conjunta das PECs 29 e 39 de 1999, por versarem sobre critérios de distribuição da parcela do ICMS pertencente aos municípios; *Requerimento nº 246/99, do senador Geraldo Cândido, solicitando que sobre o PLS nº 165/99, que dispõe sobre a preservação da concepção urbanística da capital federal, além da comissão constante do despacho, seja ouvido, também, a de Serviços de Infra-Estrutura; e *Requerimento nº 247/99, do senador Antero Paes de Barros, solicitando a retirada do PLS nº 299/99, que acrescenta alínea ao art. 38 da Lei nº 4.117/62 (Código Brasileiro de Telecomunicações).
Quarta-feira (2.6.99)
14h30 - Sessão deliberativa ordinária Pauta: Terceiro e último dia de discussão, em segundo turno, da *PEC nº 19/97, que dispõe sobre a destinação de recursos da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, para a implementação, funcionamento e gestão do Sistema Único de Saúde; *Requerimento nº 257/99, do senador Antero Paes de Barros, solicitando a tramitação conjunta do PLS nº 87/99, com o PLS nº 239/99, por versarem sobre a aplicação de recursos oriundos de privatizações; e *PDL nº 144/98, que aprova o texto do Protocolo de Integração Educacional para prosseguimento de estudos de pós-graduação nas universidades dos países membros do Mercosul.
Sexta-feira (4.6.99)
9h - Sessão não deliberativa
<b>COMISSÕES</b>
Terça-feira (1º.6.99)
9h - Reunião extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Pauta: *Mensagem nº 116/99, submetendo à aprovação do Senado o nome de Jorge Tadeo Flaquer Scartezzini, para exercer o cargo de ministro do Superior Tribunal de Justiça, na vaga decorrente da aposentadoria do ministro Cid Flaquer Scartezzini; *Mensagem nº 117/99, submetendo à aprovação do Senado o nome de Eliana Calmon Alves, para exercer o cargo de ministro do Superior Tribunal de Justiça, na vaga decorrente da aposentadoria do ministro Adhemar Ferreira Maciel; *Mensagem nº 118/99, submetendo à aprovação do Senado o nome de Francisco Cândido de Melo Falcão Neto, para exercer o cargo de ministro do Superior Tribunal de Justiça, na vaga decorrente da aposentadoria do ministro José Anselmo de Figueiredo Santiago; e *Mensagem nº 122/99, submetendo à aprovação do Senado o nome de Paulo Benjamin Fragoso Gallotti, para compor o Superior Tribunal de Justiça, na vaga decorrente da aposentadoria do ministro Romildo Bueno de Souza. <i>Ala Senador Alexandre Costa - Sala 3</i>
10h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Eleição do presidente da comissão. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 19*

10h30 - Reunião conjunta das comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Econômicos  
Pauta: \*PR nº 6/99, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos estados, do Distrito Federal, dos municípios e de suas respectivas autarquias e fundações, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 3*

11h - Comissão de Educação  
Pauta: Pauta: \*PRS nº 119/96, que denomina "Florestan Fernandes" a sala da Comissão de Assuntos Sociais; \*PLS nº 245/96, que dispõe sobre a proteção ao Patrimônio Fossilífero; \*PLS 43/99, que revoga o art. 2º, da Lei nº 9.191/95, e altera dispositivos da Lei nº 5.540/68, que regulamentam o processo de escolha dos dirigentes universitários; \*PLS nº 236/96, que dispõe sobre a Educação Profissional em Nível Nacional; \*PLS nº 111/99, que institui o Dia Nacional de Luta pela Reforma Agrária; \*PLS nº 22/99, que denomina "rodovia Governador Hélio Campos" trecho da BR-174; e \*PLS nº 144/99, que dispõe sobre a veiculação de Programação Educativa para Crianças, por meio dos canais de radiodifusão de sons e imagens (televisão) e estabelece sanções pelo seu descumprimento. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 15*

Quarta-feira (2.6.99)

9h - Comissão de Assuntos Sociais  
Pauta: Audiência pública com a secretária de Estado de Assistência Social do Ministério da Previdência e Assistência Social, Vanda Engeladuan, com a finalidade de fornecer informações a respeito das ações de assistência social prestadas pelo MPAS. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 9*

10h - CPI do Sistema Financeiro  
Convidado: Procurador da República em Cascavel - PR, Celso Antônio Três. *Ala Senador Nilo Coelho - Sala 2*

10h30 - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania  
Pauta: \*PLS nº 124/99, que estabelece normas de acesso ao Sistema de Administração Financeira (Siafi) e outros sistemas de informações de órgãos públicos; \*PLS nº 187/99, que modifica a Lei nº 9.096/95, com a finalidade de ampliar o prazo de filiação partidária; \*PR nº 39/99, que convalida os atos praticados com base nas autorizações concedidas pelas Resoluções nºs 44/98 e 45/98, do Senado Federal e fixa critérios para a renovação das obrigações financeiras vincendas; \*PEC nº 10/99, que dá nova redação ao parágrafo 5º do art. 14 da Constituição federal, suprimindo a reeleição para prefeitos e prevendo a desincompatibilização nos outros casos; \*PLS nº 57/99, que altera o art. 150 da Lei nº 4.737/65, que institui o Código Eleitoral, determinando a expedição de instruções sobre a escolha dos locais de votação de mais fácil acesso para o eleitor deficiente físico; \*PLC nº 107/96, que altera a Lei nº 8.935/94, que regulamenta o art. 236 da Constituição federal, dispondo sobre serviços notariais e de registro; \*PLC nº 22/99, que estabelece normas para a organização e a manutenção de programas especiais de proteção a vítimas e a testemunhas ameaçadas, institui o Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas e dispõe sobre a proteção de acusados ou condenados que tenham voluntariamente prestado efetiva colaboração à investigação policial no processo criminal; \*PLS nº 10/99, que altera dispositivo da Lei nº 6.811/80, sobre a destinação da taxa judiciária de que trata o art. 20 do Decreto-Lei nº 115/67, alterado pelo art. 2º do Decreto-Lei nº 246/67; e \*PLC nº 52/97, que regulamenta o inciso VI do art. 206 da Constituição federal, dispondo sobre a gestão democrática do ensino público. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 3*

### ESPECIAL

Quarta-feira (2.6.99)  
12h - Cultura ao Meio-Dia  
Filme: Elizabeth. *Auditoria Patrônio Portella*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

#### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães  
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo  
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade  
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
2º Secretário: Carlos Patrocínio  
3º Secretário: Nabor Júnior  
4º Secretário: Casildo Maldaner  
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho  
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agacieli da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (061) 311-3211  
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (061) 311-1070  
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (061) 311-3336  
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (061) 311-3327

Editor-Chefe: Djalba Lima  
Editores: Marcos Magalhães, Sylvio Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa  
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueias Dantas de Moraes  
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

## CAE elege presidente no lugar de Bezerra

Presidente em exercício da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o senador Bello Parga (PFL-MA) convocou reunião para amanhã, destinada a eleger seu novo presidente, em razão do afastamento do senador Fernando Bezerra (PMDB-RN), agora líder do governo no Senado. Indicado pelo PMDB, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) é o único candidato ao cargo. A escolha será em votação secreta.



Ney Suassuna é o único candidato ao cargo

À CAE compete opinar sobre o aspecto econômico e financeiro de qualquer matéria; problemas econômicos do país; escolha dos ministros do Tribunal de Contas da União; direito agrário, planejamento e execução da política agrícola; tributos, tarifas, empréstimos compulsórios e finanças públicas; além de outros assuntos.

## CAS realiza audiência pública na quarta-feira

Na quarta-feira, sob a presidência do senador Osmar Dias (PSDB-PR), a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) realiza audiência pública com a secretária de Assistência Social do Ministério da Previdência, Vanda Engel Aduan.



Osmar Dias preside reunião da CAS na quarta

Ela deverá prestar informações a respeito das ações de assistência social realizadas pelo ministério. A audiência foi requerida pelo senador Antero de Barros (PSDB-MT).

Desde o início do ano, a CAS vem realizando uma série de audiências públicas destinadas a discutir os principais problemas brasileiros.



O plenário debate a partir de amanhã a estrutura do Ministério da Defesa, que será chefiado pelo ex-senador Elcio Alvares

# Senado discute amanhã projeto que reorganiza as Forças Armadas

Proposta de lei complementar de iniciativa do Executivo que cria o Ministério da Defesa já foi aprovada pela Câmara e começa a ser debatida hoje pelos senadores

O plenário discute amanhã, em turno único, projeto de lei complementar que reorganiza as Forças Armadas e cria o Ministério da Defesa. De iniciativa do Poder Executivo, a proposta já foi aprovada pela Câmara, devendo ser deliberada agora pelos senadores.

As comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Relações

Exteriores e Defesa Nacional do Senado se manifestaram favoravelmente à matéria.

Além de criar o Ministério da Defesa, o projeto transforma os atuais ministérios (Marinha, Exército e Aeronáutica) em comandos militares e redefine suas atribuições. O objetivo do governo é implementar a capacidade de defesa do país, mo-

dernizar e racionalizar as Forças Armadas, com a consequente redução de despesas.

Na quarta-feira, o plenário realiza o terceiro e último dia de discussão, em segundo turno, do substitutivo à proposta de emenda constitucional que dispõe sobre a destinação de recursos da União, estados, Distrito Federal e municípios para a implementa-

ção, funcionamento e gestão do Sistema Único de Saúde.

Na mesma sessão, os senadores discutem, em turno único, projeto de decreto legislativo que aprova o texto do Protocolo de Integração Educacional para Prosseguimento de Estudos de Pós-Graduação nas Universidades dos Países Membros do Mercosul.

## Comissões analisam solução para precatórios em reunião conjunta

Em reunião conjunta marcada para amanhã, as comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) examinam o projeto de resolução do senador José Agripino (PFL-RN) que modifica o artigo 12 da Resolução 78/98. A proposta visa permitir a negociação de títulos emitidos para pagar precatórios que tiveram sua negociação suspensa por decisão da CPI que, em 1997, investigou irregularidades praticadas com esses papéis.

O relator da matéria na CAE, senador Francelino Pereira (PFL-MG), tem parecer favorável à iniciativa, mas ainda é necessário ouvir o parecer do senador José Fogaça (PMDB-RS), relator do projeto na CCJ.

Antes, a CCJ estará reunida extraordinariamente, às 9h, para examinar mensagens do presidente da República submetendo à aprovação do Senado os nomes de Jorge Tadeo Flaquer Scartezzi-

ni, Eliana Calmon Alves, Francisco Cândido de Melo Falcão Neto e Paulo Benjamin Fragosso Gallotti, para exercerem os cargos de ministros do Superior Tribunal de Justiça. Se aprovados, eles ocuparão as vagas decorrentes das aposentadorias dos magistrados Cid Flaquer Scartezzi, Adhemar Ferreira Maciel, José Anselmo de Figueiredo Santiago e Romildo Bueno de Souza.

Na quarta-feira, às 10h30, a CCJ fará reunião para apreciar uma pauta de nove itens, entre eles projeto de lei do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) que fixa normas de acesso ao Siafi (Sistema de Administração Financeira) e outros sistemas de informações de ór-



Agripino é autor do projeto de resolução sobre precatórios

gãos públicos. O parecer do relator, senador Iris Rezende (PMDB-GO), é pela aprovação, mas com um substitutivo. O senador Sérgio Machado (PSDB-CE) pediu vista do projeto.

Estão incluídos na pauta também três projetos da reforma política: o do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC), que amplia prazo de filiação partidária; o do senador José Eduardo Dutra, que suprime a reeleição para prefeitos; e o do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), que trata da escolha de locais de votação de mais fácil acesso aos eleitores deficientes físicos.

Também deverá ser analisado projeto estabelecendo normas para a organização e manutenção de programas especiais de proteção a vítimas, testemunhas ameaçadas e acusados ou condenados que voluntariamente colaborem com a investigação policial e o processo criminal.



### Preservação das rodovias brasileiras

Uma parceria entre a iniciativa privada e o governo federal poderia ser a solução para a conservação das estradas do país. É a opinião do senador Maguito Vilela (PMDB-GO) em entrevista à TV Senado, que vai ao ar hoje, às 9h30 e às 12h30.

O senador critica o descaso do governo com as rodovias federais. "Há muito está existindo um desprezo muito grande do governo federal com as nossas rodovias", disse ele. Ele destaca que o Brasil investiu muito no transporte rodoviário e deixou de investir em ferrovias e hidrovias. "O Brasil é hoje um dos países que têm maior extensão de rodovias e um dos maiores consumidores de pneus do mundo", diz.

Segundo ele, essa situação faz com que os produtos nacionais sejam pouco competitivos por conta do custo do frete, principalmente os produtos agropecuários.

# Heloísa acha que FHC ainda deve explicações

Senadora do PT contesta acusações feitas aos partidos de oposição e diz que “Constituição foi rasgada durante o processo de privatização da Telebrás”

O pronunciamento feito pelo presidente Fernando Henrique Cardoso na última quinta-feira, durante solenidade no Palácio do Planalto, foi criticado na sexta-feira em plenário pela senadora Heloísa Helena (PT-AL). Para ela, o presidente ficou devendo muitas explicações sobre o episódio da escuta no BNDES que levantou suspeitas sobre a privatização do sistema Telebrás:

– Queremos que ele explique por que a Constituição e a Lei das Licitações foram rasgadas e por que a impessoalidade não foi respeitada por

um governo que banaliza a miséria e a corrupção.

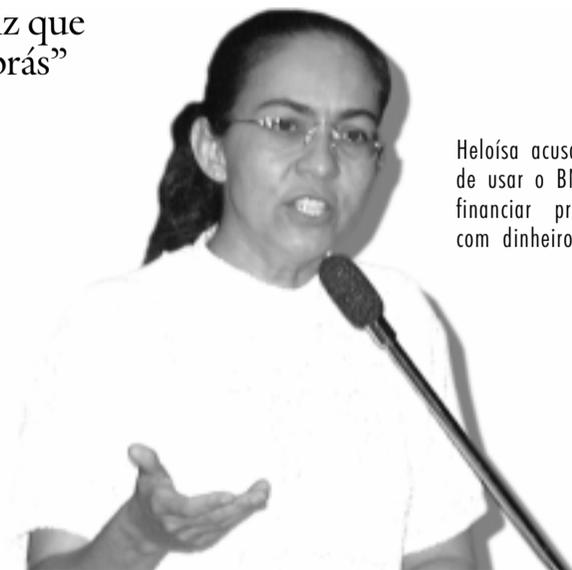
Segundo a senadora, o presidente “se prendeu em palavras gastas” para esconder da opinião pública informações que deveria fornecer:

– Fernando Henrique criticou a esquerda e tratou o caso como se fosse um assunto de honra pessoal, se atendo a pilares falso-moralistas. Além de não explicar nada, o presidente pisa ainda mais no coração brasileiro, como se dissesse que o povo é ignorante, não conhece a lei e qualquer desculpa pífia é suficien-

te – comentou a senadora.

Heloísa Helena disse que o presidente precisa esclarecer o processo de privatização das teles:

– É preciso explicar por que o BNDES financiou com dinheiro público as privatizações, transformando o Estado em um monstro deformado. As gravações são deploráveis e denunciam como o governo se dirigiu a personalidades que vão controlar áreas essenciais como rádios. Esperávamos que o presidente fosse à TV para explicar esses fatos – afirmou.



Heloísa acusa o governo de usar o BNDES para financiar privatizações com dinheiro público

## Mozarildo afirma que corrupção e impunidade roubam auto-estima

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) alertou da tribuna, na sexta-feira, que “os constantes escândalos financeiros, a corrupção generalizada e a impunidade dos poderosos estão afetando gravemente as estruturas morais, econômicas e sociais do país, abalando perigosamente o que ainda resta de confiança social no projeto de democracia que os brasileiros querem construir”.

De acordo com o parlamentar, as pesquisas de opinião pública mostram que a maioria dos brasileiros “está indignada com o Estado, com o governo e com os políticos, que ignoram completamente a decepção que toma conta de quase toda a sociedade em relação às instituições”:

– A auto-estima dos brasileiros



Mozarildo: “Estado e Justiça não têm coragem de colocar corruptos na cadeia”

honestos e trabalhadores está sendo roubada pelo Estado e pela Justiça, que não têm coragem de colocar os corruptos do colarinho branco na cadeia. Quando fazem muito pegam, aqui ou ali, apenas para dissimular, um bode expiatório para assumir a culpa dos ou-

tros que continuam roubando, pintando e bordando, gozando da cara do povo – criticou o senador.

Ele defendeu, em seu pronunciamento, que a tão falada reforma do Estado “comece exatamente pela instituição da vergonha”. Mozarildo entende que “a vergonha é o primeiro passo para conquistar a confiança da sociedade, para garantir a durabilidade da democracia, para permitir as ações eficazes de governo e para exigir que a lei seja cumprida e a justiça seja feita, doa a quem doer”.

Mozarildo Cavalcanti destacou que “o Congresso Nacional é peça fundamental para que o Estado estabeleça e acione, quando se fizer necessário, de maneira enérgica, os seus mecanismos de defesa da moralidade”. Comissões parlamentares de inquérito como as atuais (sobre irregularidades no Judiciário e no Sistema Financeiro) foram apontadas pelo senador como bons exemplos.

## Índios estão sendo usados por traficantes

A Fundação Nacional do Índio (Funai) tem tratado as comunidades indígenas com descaso, afirmou na sexta-feira o senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), citando reportagem publicada no *Jornal do Brasil* sobre a utilização dos índios no tráfico de drogas que ocorre na Amazônia e no território colombiano.

O senador disse que já foi registrada a ocorrência de malária em cinco mil dos nove mil índios yanomami e que agora surgem denúncias sobre a utilização dos índios da região dos rios Javari e Japurá, no Amazonas, no transporte de produtos qui-

micos do Brasil para laboratórios de refino de cocaína na Colômbia.

Citando a matéria do *Jornal do Brasil*, publicada na sexta-feira, o senador disse que a informação sobre a utilização dos índios no tráfico de drogas foi dada pelo secretário nacional antidrogas, Walter Maierovitch, que participa, em Tabatinga (AM), de um encontro entre autoridades brasileiras e colombianas para tratar desse assunto.

De acordo com informações do secretário, lidas pelo senador no plenário, os traficantes usam os índios para trazer os insumos do Acre pelo rio Javari, passando

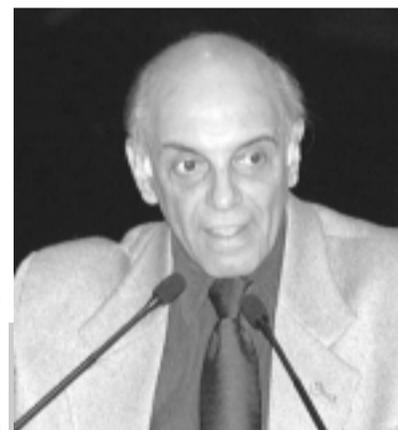
pelos rios Solimões e Japurá, até entrar na Colômbia pelo rio Caquetá. Há ainda uma rota alternativa, feita pelo rio Iça, que passa a chamar-se Putomayo ao entrar em território colombiano.

As autoridades reunidas em Tabatinga estão tentando encontrar estratégias para aumentar o controle sobre insumos usados no refino da cocaína, produzidos por 22 mil indústrias químicas brasileiras. O governo colombiano informou, durante o encontro, que a produção anual dos cartéis do narcotráfico que atuam no país atingiu a marca de 683 toneladas de cocaína.

## Távola acusa esquerda, mídia e poder econômico

O senador Artur da Távola (PSDB-RJ) afirmou, na sexta-feira, que a “triade perversa” constituída pelo populismo, a mídia e o poder econômico “ameaçou por 24 horas, no começo desta semana, incendiar o país com uma crise que se esborou por falta de fundamento”. Ele se referia aos desdobramentos políticos provocados pela divulgação de conversas telefônicas entre o presidente Fernando Henrique e alguns assessores sobre a privatização da Telebrás.

Távola disse ter buscado entender esse fenômeno e acusou setores da “esquerda conservadora, que abandonaram a idéia da generosidade e adotaram a calúnia em prejuízo do argumento”, de empunhar a bandeira do “moralismo vingador e do patriotismo desenfreado”



Para Artur da Távola, “triade perversa” ameaçou incendiar o país por 24 horas

sofrendo as conseqüências de uma aliança tácita centrada no populismo, que deixou de ser uma característica política para se espalhar pela mídia e se disseminar entre a população. Távola disse que o populismo é uma espécie de tática que consiste em dizer às pessoas o que elas pretendem ouvir. E observou que, ao procurar orientar a sua programação pelos resultados das pesquisas de opinião, a mídia adotou os mesmos critérios, em busca de altos índices de popularidade.

“Onde prevalecem o sensacionalismo e a falta de padrões éticos e morais, o poder econômico procura tirar proveito por meio do enfraquecimento da autoridade do presidente”, entende o senador. Em sua análise, os setores das esquerdas “que não s o u b e r a m

acompanhar as transformações e os novos tempos” foram os que mereceram as principais críticas.

O senador Tião Viana (PT-AC) classificou as declarações de Távola como “equivocadas e míopes”. Para ele, a esquerda é a que menos espaço tem nos meios de comunicação, que pertencem a uma elite favorável ao discurso de “desenvolvimento às avessas” do governo federal. Ele pediu de Távola um tratamento mais respeitoso em relação aos partidos de esquerda.

Para Artur da Távola, o Brasil está



Maldaner considera o cooperativismo uma boa alternativa para enfrentar o desemprego

## Maldaner cobra programa para revitalizar cooperativas

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) fez um apelo na sexta-feira ao presidente Fernando Henrique Cardoso e ao ministro da Fazenda, Pedro Malan, para que seja acelerada a implantação do Programa de Revitalização das Cooperativas (Recoop). O empreendimento, observou, estava previsto para o ano passado, mas foi adiado em função do ajuste fiscal e do acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

O senador explicou que o programa tem por objetivo sanear os problemas financeiros das cooperativas agropecuárias, disponibilizando a renegociação das dívidas dessas entidades, de acordo com as exigências impostas pelos financiadores, em especial o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

O programa, acrescentou o senador, não socorrerá simplesmente

te as cooperativas com problemas financeiros devido à má administração, mas aquelas que, em consequência de sucessivos planos econômicos, foram prejudicadas. “Essa ajuda virá exatamente no sentido de redirecionar e profissionalizar o setor”, afirmou.

### IMPORTÂNCIA

Maldaner citou a importância do cooperativismo para o desenvolvimento econômico do país e como alternativa para enfrentar o desemprego. Informou que, atualmente, existem no Brasil cerca de 4.300 cooperativas, envolvendo um universo de 5,5 milhões de associados e 320 mil funcionários. Na balança comercial, observou, o setor cooperativista participa com R\$ 11 bilhões.

O setor se diversificou e já existem cooperativas nos mais variados ramos de atividades econômicas.

## Romero Jucá elogia guia de investimentos em Roraima

Ao elogiar a publicação de uma cartilha e de um guia de investimentos pela Federação do Comércio de Roraima, Senac, Sesc e Iped, o senador Romero Jucá (PSDB-RR) criticou na sexta-feira o que chamou de falta de iniciativa dos governos estaduais que se sucederam após a criação do estado, por não desenvolver uma política de industrialização. A afirmação gerou um debate prolongado entre ele e o senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR).

Discordando da crítica, Mozarildo disse que Romero Jucá também deveria se auto-incluir entre os que não buscaram a industrialização, já que governou Roraima antes e depois de sua transformação em estado. Mozarildo acrescentou que o atual governador, Neudo Campos, vem tentando desde o mandato anterior acelerar o desenvolvimento do estado.

Romero Jucá respondeu que,



Romero Jucá aplaudiu a iniciativa da Federação do Comércio e criticou o governo estadual

por ser da base de sustentação do governador, Mozarildo teria a obrigação de defendê-lo no Senado. Por outro lado, ele disse que quando ocupou o governo do estado, entre outras iniciativas, criou a Secretaria de Indústria e Comércio, reabriu o banco estadual e deixou encaminhada a criação de duas zonas de livre comércio.

Em novo aparte, Mozarildo concordou que tem lealdade ao governador, mas observou que sua obrigação maior era defender o estado.

# Orçamento é um “terrível faz-de-conta”, diz Nabor

Senador constata que emendas aprovadas pelo Congresso raramente sobrevivem à “insensibilidade” dos burocratas

O corte de R\$ 15,7 milhões dos R\$ 20,7 milhões destinados ao Acre pelo Ministério Extraordinário de Projetos Especiais foi o exemplo dado pelo senador Nabor Júnior (PMDB-AC) para criticar a execução, pelo Poder Executivo, do orçamento aprovado pelo Congresso Nacional.

– A cada ano, desaba sobre nós a terrível sensação de haver participado de um “faz-de-conta” – afirmou Nabor.

Da tribuna do plenário, o senador afirmou considerar a apreciação e aprovação do orçamento “o grande momento do Congresso e dos congressistas”, resultado de “meses de trabalho estafante e de reuniões que varam as noites”. Para o parlamentar, no entanto, ainda falta esclarecer a opinião pública sobre o que é “a gigantesca tarefa de elaborar o Orçamento Fiscal a cada ano”.

Nabor lembrou que os parlamentares apresentam emendas individuais, “que enfrentam toda sorte de obstáculo”, e emendas coletivas, “elaboradas em harmonia por todas as correntes e ideologias que compõem as bancadas dos estados”. Essas últimas, afirmou, são aprovadas no Congresso com menos dificuldade, “mas raramente sobrevivem à insensibilidade e à falta de espírito demo-



Nabor lembrou a época do regime militar, em que Congresso não podia alterar o Orçamento

crático que movem a maior parte de nossos tecnocratas”.

O corte dos projetos especiais do Acre, disse Nabor, tem uma “explicação simples e exasperante”. Segundo ele, o contingenciamento dos recursos aprovados no orçamento segue ordem dos tecnocratas de “apagar” 70% de toda a verba administrada pelo Ministério de Projetos Especiais.

– Como são intocáveis os portentosos projetos macroeconômicos, tão caros aos gênios da burocracia, fulminam-se as pequenas iniciativas, sem qualquer preocupação quanto aos grandes danos

que isso causará para comunidades que vivem à beira da miséria – disse o senador.

### OBRAS

Nabor citou o caso da capital do estado, Rio Branco, cuja queda na arrecadação impede a realização de “obras públicas urgentes e inadiáveis”, como a ampliação dos serviços de água, luz e esgoto para as periferias cada vez mais povoadas.

– Pois vejam Vossas Excelências: a bancada se reuniu e destinou R\$ 5 milhões para atender a essas necessidades imediatas. Mas veio a foice do contingenciamento e cortou

praticamente R\$ 4 milhões, deixando apenas R\$ 1 milhão para ser rateado entre as imensas carências da sociedade – lamentou.

Para o senador, “o Congresso Nacional voltou a ser cartorial, como no tempo da ditadura militar, quando era proibido alterar o texto original”.

– Hoje, pode alterar, mas isso acaba sendo freqüentemente ignorado ou reduzido a proporções humilhantes, quando chega a hora de pôr em prática as diretrizes fiscais – afirmou.

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC), em aparte, parabenizou Nabor Júnior pelo discurso.

## Para Melo, caneta do ministro do Orçamento vale mais que a lei

Destacando que a importância do discurso de Nabor Júnior o fez deixar a presidência da sessão para fazer um aparte, o senador Geraldo Melo (PSDB-RN) contestou a interpretação dada à lei orçamentária, considerada pelo Poder Executivo uma lei autorizativa. O senador destacou que a ementa da lei orçamentária declara que ela “estima a receita e fixa a despesa” a ser executada no ano seguinte.

– Ora, fixar não é sinônimo de autorizar – protestou o primeiro vice-presidente do Senado Federal.

De acordo com Geraldo Melo, a justificativa dada pelos burocratas para destacar o caráter autorizativo da lei é de

que a receita, que depende da arrecadação, nem sempre se confirma. Melo, entretanto, lembrou que ela pode ficar aquém ou além da previsão.

Para ele, deve haver procedimentos claros tanto para limitar a execução do orçamento quanto para aumentá-la. Para ele, tanto as ampliações do orçamento quanto seus cortes deveriam ser votados pelo Congresso Nacional. Hoje, votam-se apenas as suplementações orçamentárias.

– Publica-se a lei, mas a caneta do ministro do Orçamento vale



“É preciso acabar com o conceito de lei autorizativa no orçamento”, afirma Geraldo Melo

mais do que a lei. É preciso acabar com o conceito da lei autorizativa; é lei e ponto, sem adjetivos – afirmou Geraldo Melo. Para ele, este é o assunto mais importante em relação ao aparelho de Estado no país.

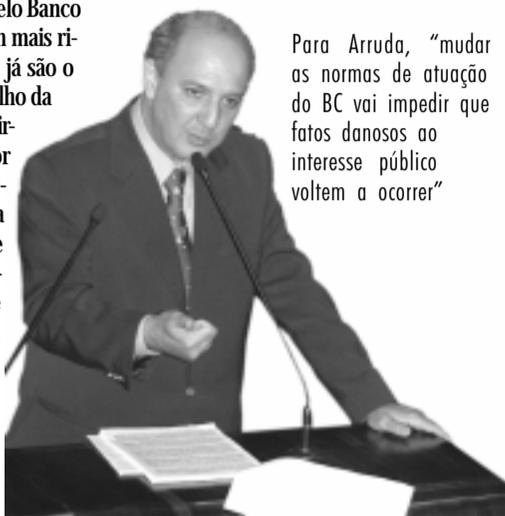
# CPI dos Bancos já produz resultados, afirma Arruda

Vice-presidente da comissão aponta medidas anunciadas pelo BC como consequência do trabalho realizado até agora pelos senadores

As medidas anunciadas pelo Banco Central para disciplinar com mais rigidez o mercado financeiro já são o primeiro resultado do trabalho da CPI do Sistema Financeiro, afirmou na sexta-feira o senador José Roberto Arruda (PSDB-DF). Tendo respondido pela presidência da CPI durante licença do senador Bello Parga (PFL-MA), Arruda, que é vice-presidente da comissão, considerou importante registrar esse resultado em plenário.

Para ele, se a CPI não produzir mais nenhum êxito, as providências recentemente anunciadas pelo Banco Central já são de grande eficácia, visto que "mudar a regra do jogo, mudar a legislação, mudar as normas de atuação do BC vai impedir que fatos danosos ao interesse público voltem a ocorrer".

Arruda destacou ser significativo o BC decidir que nenhuma instituição financeira vai poder operar no mercado de câmbio acima do limite de 60% do seu patrimônio líquido. "Se essa medida já existisse, não teríamos tido problemas com o Marka e o FonteCindam, que operavam em limites mais de 20 vezes acima do seu patrimônio líquido", afirmou.



Para Arruda, "mudar as normas de atuação do BC vai impedir que fatos danosos ao interesse público voltem a ocorrer"

Conforme o senador, a primeira medida importante do BC foi obrigar as empresas do sistema financeiro a terem métodos de controle interno. A segunda providência elogiada foi restringir a inversão de recursos coletados no país em fundos de investimentos no exterior. "Essa restrição veio em boa hora, porque o Brasil precisa é do inverso – de recursos externos aplicados aqui", afirmou ele.

Arruda disse que a terceira medida relevante foi a proibição de que administradoras de fundos de investimentos financeiros detenham quotas dos fundos por elas administrados. "Se você tem uma em-

presa que é administradora de um fundo e, ao mesmo tempo, o controlador dessa empresa é quotista do fundo, este é meio caminho para a maracutaia", observou.

Outra iniciativa registrada por José Roberto Arruda foi o BC proibir a utilização de recursos próprios ou ativos, emitidos pelas instituições, para a prestação de garantias. "Se o BC exige de uma instituição financeira uma determinada garantia e se essa garantia é prestada com os ativos da própria instituição, não é uma garantia para a operação. Até hoje isso era permitido e agora ficou proibido", afirmou.

Ele também elogiou a medida que torna indisponíveis os títulos adquiridos com recursos captados no exterior até sua efetiva aplicação nas finalidades para as quais foram captados, o que veda sua utilização no *open market*. E destacou a mudança relacionada com os *dealers* (negociadores). "A partir de agora, quando, por alguma razão, o BC não puder ir a um leilão público, os *dealers* serão previamente escolhidos, cadastrados, e o BC vai agir com pelo menos cinco deles."

O senador também destacou o aperfeiçoamento das condições de funcionamento das cooperativas de crédito, para que não sejam mais entidades fictícias. O senador Romero Jucá (PSDB-RR) o aparteu para dizer que em boa hora o governo tomou essas providências.

## João Alberto apresenta relatório preliminar

O senador João Alberto Souza (PMDB-MA), relator da CPI do Sistema Financeiro, apresentará na quarta-feira relatório preliminar das investigações sobre a venda de dólares pelo Banco Central, a preços favorecidos, ao Banco Marka, no dia 14 de janeiro, véspera da desvalorização cambial.

Na primeira fase, a CPI investigou também se vazou para o sistema financeiro a informação de que o BC implantaria no dia 18 de janeiro a política de flutuação cambial. Os senadores da comissão de inquérito ouviram o depoimento de 17

pessoas sobre a venda dos dólares e as denúncias de vazamento de informações.

– Vou apresentar à CPI minha visão do tal "risco sistêmico" aludido pelo Banco Central para vender dólares ao Marka e ao FonteCindam. Só não pretendo tipificar as irregularidades, pois acho que isso cabe ao Ministério Público – afirmou em entrevista à imprensa João Alberto.

Ainda na quarta-feira, a CPI ouvirá o depoimento do procurador da República em Cascavel (PR), Celso Antônio Três, que falará sobre o funcionamento das contas CC-5 do Banco Central, usadas para

mensagem de dinheiro ao exterior. O procurador analisou cerca de 20 mil contas, investigando "lavagem" de dinheiro do tráfico de drogas e do contrabando, conforme a revista *Veja* da semana passada.

Em seu trabalho, Celso Antônio Três identificou 310 pessoas usadas como "laranja" pelos verdadeiros donos do dinheiro, que queriam se manter no anonimato. A CPI já pediu a quebra de sigilo de todas as remessas feitas pelas CC-5 e a documentação será analisada junto com auditores da Secretaria da Receita Federal.

## Freitas Neto elogia Carta Municipalista



Freitas Neto diz que revisão da ordem tributária trará novo estímulo à produção

O senador Freitas Neto (PFL-PI) disse que a base do pacto federativo, pregada pelo governo, oposição e sociedade, pode ser iniciada com as propostas apresentadas na Carta Municipalista de Brasília, aprovada por prefeitos e vereadores durante encontro na primeira quinzena de maio. "Eles trouxeram à capital do país suas reivindicações, apresentaram medidas emergenciais e manifestaram interesse na mudança da estrutura tributária brasileira, além de serem contra o aumento de impostos e a sonegação fiscal", disse.

No documento citado por Freitas Neto, prefeitos e vereadores apontam um caminho para a revisão do pacto federativo, que é a reforma tributária. Ele lembrou

que, quando foi ministro da Reforma Institucional, estudou a fundo a revisão da ordem tributária e se convenceu de que ela trará novo estímulo à produção e levará à justa distribuição de renda.

– Os prefeitos e vereadores são, quase sempre, a voz de um Brasil que poucos vêem. Apresentam disparidades muito grandes, mas têm algo em comum: enfrentam terríveis dificuldades em transporte, saneamento, educação, saúde, agricultura e bem-estar – afirmou.

Salientando que os que mais precisam das medidas propostas na Carta Municipalista de Brasília não são os grandes municípios, Freitas Neto pediu a transcrição do documento nos Anais da Casa.

## Iris aplaude campanha de valorização do produto nacional

O senador Iris Rezende (PMDB-GO) parabenizou a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) pelo lançamento, no dia 25 de maio, da Campanha de Valorização do Produto Nacional. O senador elogiou os presidentes da CNI, senador Fernando Bezerra (PMDB-RN), e do Sebrae, Sérgio Moreira, pela iniciativa em defesa do empresário brasileiro.

– Não se trata de uma campanha para destacar o produto nacional somente porque ostenta a marca "indústria brasileira"; a idéia é fazer incidir o foco sobre a qualidade desses produtos, que são apresentados como marcas com identidade, capacidade de concorrência e personalidade. Com essa finalidade, o lema da campanha é "compre porque é bom mesmo" – explicou Iris.

A hora não poderia ser mais oportuna, disse Iris, ao lembrar que a economia brasileira começa a dar sinais de recuperação depois da crise cambial de janeiro. Para ele, é preciso conscientizar o consumidor de que a opção pelo produto nacional, que tem qualidade igual à do importado, gera emprego e favorece o balanço de transações correntes do país.

Iris explicou que o excesso de protecionismo levou alguns setores da indústria nacional a um comodismo quanto às evoluções e exigências do mercado, o que gerou o estigma de que os produtos brasileiros são de baixa qualidade. Observou, porém, que com a liberação comercial houve investimento na melhoria dos processos produtivos por parte dos empresários que quiseram permanecer num mercado cada vez mais competitivo, e que os produtos brasileiros, hoje, nada devem aos importados.

Iris explicou que o excesso de protecionismo levou alguns setores da indústria nacional a um comodismo quanto às evoluções e exigências do mercado, o que gerou o estigma de que os produtos brasileiros são de baixa qualidade. Observou, porém, que com a liberação comercial houve investimento na melhoria dos processos produtivos por parte dos empresários que quiseram permanecer num mercado cada vez mais competitivo, e que os produtos brasileiros, hoje, nada devem aos importados.



Iris Rezende salienta que "os produtos brasileiros, hoje, nada devem aos importados"

## Djalma Bessa destaca discurso do presidente da Firjan

O senador Djalma Bessa (PFL-BA) leu em plenário, para que conste dos Anais do Senado, o discurso realizado pelo presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), Eugênio Gouvêa Vieira, na abertura do Fórum da Gestão Pública Eficiente, publicado no *Correio da Bahia*, no último dia 22. Realizado para discutir a autonomia e a responsabilidade dos três Poderes na utilização dos recursos da União, o fórum contou com a presença do presidente do Congresso, senador Antonio Carlos Magalhães.

Em seu discurso, Eugênio Gouvêa afirmou que o governo federal deu provas recentes de que está comprometido com o ajuste fiscal, já que foram revistas as metas do orçamento geral da União, com mudanças que contribuíram para torná-lo mais realista. Ele considerou importante que o Brasil continue a se transformar e registrou a luta do deputado Luís Eduardo Magalhães, morto no ano passado, por essas mudanças. Também disse que "a Bahia fez seu dever de casa, o mesmo que o Brasil precisa fazer agora".



Bessa leu em plenário o pronunciamento de Eugênio Gouvêa Vieira, para que conste dos Anais do Senado

## Hartung visita novo parque gráfico de jornal capixaba

O senador Paulo Hartung (PSDB-ES) registrou visita que fez, junto com o senador Gerson Camata (PMDB-ES), ao novo parque gráfico do jornal *A Gazeta*, de Vitória. Ele destacou o discurso feito pelo jornalista Carlos Lindenberg Filho sobre a importância da imprensa no mundo moderno e a responsabilidade do profissional da informação, e solicitou que o pronunciamento fosse transcrito nos Anais do Senado Federal, como forma de homenagear "todos aqueles que contribuíram para a consolidação e desenvolvimento" de *A Gazeta*.

— A história de *A Gazeta* se confunde com a moderna história do Espírito Santo e espelha com fidelidade os fatos políticos e eco-



Hartung diz que a história de *A Gazeta* se confunde com a moderna história do Espírito Santo

nômicos do estado, desde a sua fundação em 1928 até os dias de hoje, conduzindo sempre com independência a sua linha editorial — afirmou Hartung.

### PROGRAMAÇÃO



#### TV SENADO

##### HOJE

6h55 — *Senado em Pauta*  
7h — *Saúde Todo Dia* — Atividade: baixo impacto  
7h30 — *Especial Unip* — Assunto: gripes e resfriados — 2ª parte  
7h55 — *Senado em Pauta*  
8h — *Saúde Todo Dia* — Atividade: ginástica olímpica  
8h30 — *Jornal do Senado*  
8h55 — *Senado em Pauta*  
9h — *Especial* — Descobrimiento do Brasil  
9h30 — *Entrevista* — O senador Maguito Vilela fala sobre a preservação das rodovias federais  
10h — *Cores do Brasil* — Em destaque: Diamantina  
10h30 — *Saúde Todo Dia* — Atividade: judô  
11h30 — *Espaço Cultural* — Show com o violonista espanhol Mário Ulloa  
12h30 — *Entrevista* — O senador Maguito Vilela fala sobre a preservação das rodovias federais  
13h — *Cores do Brasil* — Em destaque: praias de Sergipe  
13h30 — *Cidadania* — Debate sobre o ano internacional do idoso  
14h30 — Sessão Plenária (ao vivo)  
Logo após — CPI que investiga irregularidades

no Judiciário (vivo)  
21h — *Jornal do Senado*  
21h15 — *Cidadania* — Debate sobre o ano internacional do idoso  
21h55 — *Senado em Pauta*  
22h — Sessão Plenária (reapresentação)

#### RÁDIO SENADO

##### HOJE

8h — Agenda Senado  
Em seguida — Música e informação  
14h30 — Sessão Plenária (ao vivo)  
Em seguida — Música e informação  
19h — "A voz do Brasil"  
Em seguida — Música e informação  
20h30 — "Senado em Linha Direta — Edição Nordeste"  
Em seguida — Música e informação  
21h — "Senado em Linha Direta — Edição Norte/Centro-Oeste"  
Em seguida — Música e informação  
21h30 — "Senado em Linha Direta — Edição Sul/Sudeste"  
Em seguida — Música e informação  
0h — Sessão Plenária (reprise)  
Em seguida — Música e informação



### COMO SINTONIZAR

#### TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 Hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Aúdio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

#### RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital

Equipamentos necessários:  
• Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C  
• Receptor ABR 200, ComStream  
• LBN DRO ComStream  
• 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC,1,11465600,256000,0 FD 1,17,1,7

# Távola analisa bossa nova e homenageia Nara Leão

Sustentando que o movimento é um produto brasileiro, senador faz um balanço da importância artística e política da cantora

Defendendo a legitimidade e aceitação universal da bossa nova como produto brasileiro, talvez mais de exportação que de consumo interno, o senador Artur da Távola (PSDB-RJ) fez uma análise desse fenômeno e um balanço da importância artística e política da cantora Nara Leão. Ele a definiu como "o canto da resistência".

Considerada a musa da bossa nova, Nara Leão, conforme o senador, não aparece publicamente no começo do movimento, de cujo nascimento participou como amadora. Távola lembrou que ela só estreou em 1963, ao lado de Vinícius de Moraes e Carlos Lyra, na comédia *Pobre Menina Rica*, ano em que a bossa nova já entrava na plenitude.



Artur da Távola

O senador observou que os anos 60, com os festivais, a Tropicália e o AI-5, operaram profundas transformações na cantora, ocasionando um andamento pausado e desambicioso em sua carreira, qualificada mais pela escolha do repertório do que pela busca do sucesso. Em sua opinião, ela resolveu os conflitos internos de maneira criativa e útil, conseguindo ser artista fiel e séria, mãe dedicada, cidadã participante e amiga certa.

Como artista, Távola disse que Nara conseguiu o que se pode chamar de prodígio: voz de curta extensão e estreito volume, no registro de soprano-quase-ligeiro, inserida no movimento de música popular que transformou a velha ordem. Ele co-

mentou que a bossa nova trouxe cantores que, mais pela interpretação do que pelo alarde de condições vocais, inseriam-se na música na linha direta de comunicação iniciada nos anos 30, com o modo de cantar de Noel Rosa e Mário Reis.

Távola ressaltou que um movimento fortemente influenciado pelo jazz, se por um lado significa evolução musical, pode parecer uma prova de colonização cultural. Mas explicou que genuíno, no Brasil, é o que decorre da mescla que nos engendrou como nação. "Heranças portuguesas, africanas e indígenas constituem-nos. O Brasil é sincrético", afirmou Távola. E sustentou que se caracteriza como brasileiro o que possui ritmo aqui surgido, resultante da intensa miscigenação e das peculiaridades de cada região. Portanto, a bossa nova é produto nacional.

## Camata propõe Dia do Imigrante Italiano

A instituição do Dia Nacional do Imigrante Italiano, a ser anualmente comemorado em 21 de fevereiro, em todo o território nacional, é o que estabelece projeto de lei apresentado pelo senador Gerson Camata (PMDB-ES). O projeto, que será examinado pela Comissão de Educação, para decisão terminativa, determina que o Poder Executivo tomará as providências para que as escolas públicas e particulares, nos níveis fundamental e médio, incorporem eventos ou atividades alusivas à data a seus calendários comemorativos.

Segundo o autor, o objetivo do projeto é prestar homenagem aos primeiros imigrantes italianos que, por decreto imperial datado de maio de 1872, vieram para o Espírito Santo para substituir os escravos, devido ao fim iminente da escravidão no Brasil.

Em sua justificativa, Gerson Camata afirma que o imigrante italiano se constituiu em um dos principais fatores de construção da nacionalidade e de impulso e desenvolvimento do Brasil, e destaca a influência que tiveram os italianos em diferentes áreas.



Camata defende a data de 21 de fevereiro para homenagear imigrantes italianos

## Projeto facilita busca de menores desaparecidos

As emissoras de rádio e televisão serão obrigadas a reservar diariamente pelo menos dois minutos de suas programações para veicular, gratuitamente, informações sobre menores desaparecidos, caso venha a ser aprovado projeto do senador Gerson Camata (PMDB-ES) a ser apreciado pela Comissão de Educação em caráter terminativo.

De acordo com o projeto, as informações sobre menores desaparecidos serão veiculadas pelas televisões nos períodos matutino e noturno, até as 23 horas. O material divulgado incluirá a foto do menor desaparecido, quando

houver. As rádios estarão obrigadas a veicular as informações pela manhã e à tarde.

Para Gerson Camata, o projeto não onera as emissoras e abre caminho para que milhares de menores sejam encontrados. "Além disso, espera-se que muitos casos de rapto deixem de ocorrer, uma vez que os criminosos poderão ser identificados com maior facilidade", garante o senador.

Gerson Camata lembrou a campanha patrocinada pela Rede Globo, em 1996, depois do sucesso da novela *Explode Coração*, que mostrou o drama de uma mãe à

procura do filho desaparecido. Com o apoio do Centro Brasileiro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, a emissora, mostrando as fotos das crianças, conseguiu encontrar 83 menores, entre os quais alguns desaparecidos há vários anos.

"Na época, o número de denúncias de desaparecimento aumentou em mais de 1.000%, em decorrência da confiança da população nos efeitos da campanha. Tal resultado demonstra o poder da mídia em tarefas em que muitas vezes o poder público se mostra ineficaz", observou Camata em defesa do projeto de sua autoria.

# Viana quer recursos do SUS para saúde bucal

Senador cita estudos da Unicamp mostrando que, aos 40 anos de idade, mais de 60 milhões de brasileiros já perderam todos os dentes. “Má saúde oral pode levar a lesões cerebrais e até à morte”, alerta

Aos 40 anos de idade, mais de 60 milhões de brasileiros já perderam todos os dentes. Esse dado, levantado pela Universidade de Campinas (Unicamp), em São Paulo, foi apresentado em plenário na sexta-feira pelo senador Tião Viana (PT-AC), que pediu o aumento de recursos do Sistema Único de Saúde (SUS) para que seja garantida assistência odontológica gratuita à população carente.

– A má saúde oral, a falta de dentes e a perda da capacidade mastigatória podem causar problemas renais, estomacais, cardíacos e respiratórios, focos de infecção avançados, que, nos casos mais graves, podem levar a lesões

cerebrais e até à morte – alertou o senador.

Tião Viana cobrou uma intervenção mais consistente dos governos federal, estadual e municipal na resolução desse problema, especialmente porque o tratamento dentário é, segundo a Associação Brasileira de Odontologia, “proibitivo” para 95% da população.

Na opinião do senador, o país precisa agir para conseguir atingir metas estabelecidas em 1993 pela Organização Mundial da Saúde (OMS) para o ano 2010. A expectativa é a de que, no máximo, 2% da população entre 35 e 44 anos seja desdentada e 90% das

crianças de cinco e seis anos de idade estejam livres de cáries naquele ano. Tião Viana sugere a adoção de duas medidas: a fluoretação da água bebida e a educação da saúde bucal.

## INDICADORES

O senador lamentou que na região amazônica, onde se registram os piores indicadores de saúde bucal, apenas 2% dos municípios sejam abastecidos por água com flúor, apesar de determinação legal.

– Que poder de Estado é esse nosso, que não é capaz de fiscalizar o cumprimento de uma norma tão elementar de prevenção à saúde de milhões de pessoas? – questionou.

Quanto à educação da saúde



Tião Viana afirma que, na região amazônica, apenas 2% dos municípios são abastecidos de água com flúor

que já superaram a meta da OMS para 2000, que consiste na distribuição de escova, creme e fio dental para crianças até 12 anos.

– Entre as desigualdades sociais no Brasil, a mais cruel é a do não acesso à saúde pela maioria excluída da população. Por isso, sempre que eu estiver falando em saúde, estarei me referindo ao sistema que mantém a exuberância financeira de um segmento de privilegiados à custa da indigência da maior parte da população

bucal, o senador citou programas das prefeituras de Diadema e Santos, em São Paulo, cidades

– disse Tião Viana, que recebeu o apoio do senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR).

## Projeto de Ademir disciplina estágios remunerados

Projeto de lei apresentado na sexta-feira pelo senador Ademir Andrade (PSB-PA) disciplina a oferta de estágios remunerados no país, tanto por instituições públicas quanto por empresas privadas, a fim de “garantir a prevalência educacional desse tipo de trabalho” e aprimorar a legislação. Essa “forma especial de contratação vem sendo indiscriminadamente usada para substituir trabalhadores com vínculo empregatício”, argumenta o senador.

Conforme a proposta, o estágio não cria vínculo empregatício, mas o estagiário terá os seguintes direitos: recebimento de bolsa em valor não inferior a um salário mínimo; 30 dias de férias remuneradas após cada período de 12 meses de vigência do estágio, coincidentes com as férias escolares; seguro contra acidente de trabalho, e dispensa do estágio, a pedido, durante o período de provas e exames, devidamente comprovado.

Com o objetivo de evitar o desvirtuamento educacional do estágio, o projeto de Ademir Andrade estabelece duração máxima de dois anos. Com isso, esclareceu, “busca-se evitar o desvirtuamento do estágio para a contratação de mão-de-obra qualificada e barata”. A duração

máxima proposta, entende o senador, é um período suficiente para que ocorra a experiência profissional visada.

– A limitação do período de estágio visa inibir a tentativa de algumas empresas de explorar os estudantes para funções outras, que não se relacionem com sua área, por prazo indeterminado – explicou.

Na avaliação do senador, sua proposta de aprimoramento da legislação que disciplina o estágio não deverá criar qualquer embaraço para os contratantes dos estagiários. O senador Romero Jucá (PSDB-RR) apoiou, em aparte, a iniciativa de Ademir Andrade.



Ademir Andrade quer assegurar vários direitos aos estagiários, entre eles o de férias remuneradas



Romero Jucá

## Jucá elogia novo crédito educativo

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) parabenizou o ministro da Educação, Paulo Renato Souza, e toda a sua equipe pela agilidade com que atenderam à solicitação do presidente da República e conseguiram criar um novo programa de crédito educativo.

Jucá lembrou que, com a mudança na legislação previdenciária, muitas faculdades deixarão de fornecer bolsas de estudos para alunos que não teriam como continuar a estudar. Agora, segundo Jucá, os estudantes que não possuem meios para frequentar a universidade poderão dispor de um mecanismo que lhes permita prosseguir em seus estudos.

## Estevão propõe mecanismos de assistência aos idosos

O senador Luiz Estevão (PMDB-DF) defendeu na sexta-feira a adoção de mecanismos de apoio aos idosos do país, proporcionando a proteção e a integração econômica desta parcela da população. O senador lembrou que os avanços da medicina e a difusão dos benefícios do saneamento acarretaram um aumento de cerca de 15 anos na expectativa de vida da população mundial. Assim, sustentou Luiz Estevão, vem ocorrendo um envelhecimento populacional no Brasil, com implicações sociais, econômicas e culturais.

– Embora já disponhamos de uma legislação bastante grande em prol dos direitos do cidadão idoso à saúde, à assistência e ao lazer, ela ainda não saiu do papel. É preciso pôr em prática mecanismos como os Conselhos dos Idosos, que canalizem suas reivindicações em benefício não apenas desse segmento da população, mas da humanização geral da política social do Brasil – pregou o senador.

Luiz Estevão também defendeu a disseminação de experiências comunitárias bem-sucedidas envolvendo empresas e organizações não-governamentais, estimulando o emprego na terceira idade.

O senador informou ter apresentado requerimento para a constituição de uma subcomissão permanente, no âmbito da Comissão de Assun-



Luiz Estevão defendeu a disseminação de experiências bem-sucedidas de estímulo ao emprego na terceira idade

tos Sociais, com o objetivo de tratar da implementação de uma política nacional do idoso.

Em aparte, o senador Romero Jucá (PSDB-RR) disse que falta uma política de valorização do idoso, o que cria um “apartheid familiar e social”, para este setor da população. Já o senador Ademir Andrade (PSB-PA) afirmou que os direitos das pessoas da terceira idade serão respeitados quando houver um amadurecimento da democracia brasileira.

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) observou que “se o Brasil não respeita nem mesmo as crianças, consideradas o futuro do país, imagina como vê o idoso”.